

**Notas Explicativas às
Demonstrações Contábeis
Comissão de Valores Mobiliários**

Órgão 25203

Rio de Janeiro/RJ
2019

Presidente

Marcelo Santos Barbosa

Contador

Fernando Feitosa Rangel

CRC/ES 009612/O-5

Nota 01 – Ingresso de receitas

A implantação das rotinas para registro das receitas pelo regime de competência em atendimento às boas práticas de contabilidade na busca da convergência às normas internacionais de contabilidade do setor público ainda carece de disponibilização de recursos humanos e tecnológicos para sua implantação. (A estruturação do setor contábil esta sendo tratada no processo CVM SEI [19957.000815/2017-74](#)).

Também pelos motivos acima expostos, ainda não são objeto de registro as compensações de créditos e débitos tributários.

Assim, as receitas são registradas pelo regime de caixa, tendo o seu fluxo concentrado nos meses de Janeiro, Abril, Julho e Outubro, quando ocorrem os vencimentos da Taxa devida pelos contribuintes cujo vencimento é até o 10º dia de cada trimestre.

Entretanto, a partir de abril/2019 passou-se a efetuar o registro da receita também pelo regime da competência para os créditos a receber referentes à taxa de fiscalização, sendo que alguns ajustes ainda devem ser realizados para permitir os registros detalhados, tais como: atualização e baixas por pagamento e cancelamento.

Também impactam a receita vinculada da Comissão de Valores Mobiliários a Desvinculação de Recursos da União – DRU, introduzida pela Emenda Constitucional nº 93/2016 cujos efeitos tiveram vigência a partir de 01/01/2016 desvinculando 30% dos valores arrecadados da taxa. O reflexo da DRU somente é registrado no Balanço Orçamentário.

Diferente do exercício de 2017, em 2018 e 2019 a receita equivalente à Desvinculação de Recursos da União – DRU não é registrada como receita da CVM, mas como receita do Tesouro Nacional, na Secretaria do Tesouro Nacional/Ministério da Fazenda.

A seguir O Balanço Orçamentário com destaque dos efeitos da DRU sobre a arrecadação total:



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
TÍTULO: BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO: 25203 - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - AUTARQUIA
ORGÃO SUPERIOR: 25000 - MINISTÉRIO DA FAZENDA
EXERCÍCIO: 2019
PERÍODO: Anual
EMISSION: 31/01/2020

RECEITA		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	% s/ Total	SALDO
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS						
RECEITAS CORRENTES	a	422.758.309,00	422.758.309,00	462.910.116,93		40.151.807,93
Receitas Tributárias	b	338.312.174,00	338.312.174,00	373.999.918,92	80,79%	35.687.744,92
Taxas		338.312.174,00	338.312.174,00	373.999.918,92	80,79%	35.687.744,92
Receita Patrimonial	c	591.101,00	591.101,00	524.794,41	0,11%	(66.306,59)
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado		158.601,00	158.601,00	85.913,90	0,02%	(72.687,10)
Valores Mobiliários		432.500,00	432.500,00	438.880,51	0,09%	6.380,51
Receitas de Serviços	d	2.711,00	2.711,00	926,85	0,00%	(1.784,15)
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais		2.711,00	2.711,00	926,85	0,00%	(1.784,15)
Outras Receitas Correntes	e	83.852.323,00	83.852.323,00	88.384.476,75	19,09%	4.532.153,75
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais		83.842.130,00	83.842.130,00	88.260.843,71	19,07%	4.418.713,71
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos		-	-	123.633,04	0,03%	123.633,04
Demais Receitas Correntes		10.193,00	10.193,00	-	0,00%	(10.193,00)
RECEITAS DE CAPITAL	f	-	-	-	0,00%	-
TOTAL	a + b + c + d + e + f	422.758.309,00	422.758.309,00	462.910.116,93	100,00%	40.151.807,93

Considerações ao Balanço Orçamentário - Receitas - 2019

Efeitos da DRU sobre a arrecadação de Taxa

RECEITA		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	% s/ bruto	SALDO
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS						
Receitas Tributárias	b	338.312.174,00	338.312.174,00	373.999.918,92	69,71%	35.687.744,92
(=) Taxas valor líquido (descontada a DRU e Honorários Adv.)	b.1	338.312.174,00	338.312.174,00	373.999.918,92	69,71%	35.687.744,92
.....(+) Taxas Valor bruto arrecadado	b.2			536.515.005,96	100,00%	
.....(+) Taxas Valor bruto arrecadado - Cobrança administrativa GAC/SAD				526.707.962,67	98,17%	
.....(+) Taxas Valor bruto arrecadado - Cobrança PFE/CVM				6.170.767,79	1,15%	
.....(+) Taxas Valor bruto arrecadado - Cobrança AGU				3.636.275,50	0,68%	
.....(+) Taxas Valor bruto arrecadado - Cobrança AGU - Não ajuizada				1.696.841,31	0,32%	
.....(+) Taxas Valor bruto arrecadado - Cobrança AGU - Ajuizada				1.939.434,19	0,36%	
.....(-) DRU - Desvinculação de Recursos da União	b.3			(161.097.750,99)	-30,03%	
.....(-) DRU - Desvinculação de Recursos da União - Cobrança Administrativa		-	-	(158.012.388,80)	-29,45%	
.....(-) DRU - Desvinculação de Recursos da União - Cobrança PFE/CVM (*)		-	-	(1.851.230,34)	-0,35%	
.....(-) DRU - Desvinculação de Recursos da União - Cobrança AGU		-	-	(1.234.131,85)	-0,23%	
.....(-) Honorários advocatícios	b.4			(477.497,33)	-0,09%	
.....(-) Honorários advocatícios PFE/CVM (*)	b.4.1			-	0,00%	
.....(-) Honorários advocatícios AGU	b.4.2			(477.497,33)	-0,09%	
.....(-) Honorários advocatícios AGU - Não ajuizado	b.4.2.1	-	-	(154.258,30)	-0,03%	
.....(-) Honorários advocatícios AGU - Ajuizado	b.4.2.2	-	-	(323.239,03)	-0,06%	
.....(+/-) Taxas Retificações, restituições e ajustes	b.5			(939.838,72)	-0,18%	

Item b.3: Impacto da DRU - Desvinculação de Recursos da União - Emenda Constitucional nº 93/2016, que altera o art. 46 da Constituição Federal passando a serem desvinculados 30% dos recursos arrecadados pela União relativos às contribuições sociais, às co

Item b.4: Impacto da Lei nº 13.202/2016, publicada no DOU em 09/12/2016 que no § 1º, do art. 8º, limita o primeiro reajuste da taxa em 50% do valor total de recomposição. Valores passíveis de restituição provisionados conforme nota técnica em anexo.

Nota 02 - Provisão para restituição de créditos tributários

A implantação das rotinas para os registros contábeis pelo regime de competência em atendimento às boas práticas de contabilidade na busca da convergência às normas internacionais de contabilidade do setor público ainda carece de disponibilização de recursos humanos e tecnológicos para sua implantação. (A estruturação do setor contábil esta sendo tratada no processo CVM SEI [19957.000815/2017-74](#))

No decorrer de todo o exercício de 2016, até a edição da Portaria MF nº 43/2017 retificando a Portaria MF 705/2015 que trata dos valores devidos de taxa à Comissão de Valores Mobiliários pelo exercício do poder de polícia para regulamentação e fiscalização do mercado de valores mobiliários a arrecadação até o 2º Trimestre de 2017 ocorreu em valores superiores ao aprovado pela Lei nº 13.202/2016, onde o § 1º, art. 8º limita o primeiro reajuste da taxa em 50% do valor total da recomposição.

Lei nº 13.202/2016

[...]

Art. 8º Fica o Poder Executivo autorizado a atualizar monetariamente, desde que o valor da atualização não exceda a variação do índice oficial de inflação apurado no período desde a última correção, em periodicidade não inferior a um ano, na forma do regulamento, o valor das taxas instituídas:

[...]

IV - no [art. 1º da Lei nº 7.940, de 20 de dezembro de 1989](#);

[...]

§ 1º A primeira atualização monetária relativa às taxas previstas no caput fica limitada ao montante de 50% (cinquenta por cento) do valor total de recomposição referente à aplicação do índice oficial desde a instituição da taxa.

[...]

Lei 11.076/2004

[...]

Art. 52. É devida pelos fundos de investimento regulados e fiscalizados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, independentemente dos ativos que componham sua carteira, a Taxa de Fiscalização instituída pela [Lei nº 7.940, de 20 de dezembro de 1989](#), segundo os valores constantes dos Anexos I e II desta Lei

§ 1º Na hipótese do caput deste artigo:

I - a Taxa de Fiscalização será apurada e paga trimestralmente, com base na média diária do patrimônio líquido referente ao trimestre imediatamente anterior;

II - a Taxa de Fiscalização será recolhida até o último dia útil do 1º (primeiro) decêndio dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano, observado o disposto no inciso I deste parágrafo.

§ 2º Os fundos de investimento que, com base na regulamentação aplicável vigente, não apurem o valor médio diário de seu patrimônio líquido, recolherão a taxa de que trata o caput deste artigo com base no patrimônio líquido apurado no último dia do trimestre imediatamente anterior ao do pagamento.

[...]

Os valores excedentes arrecadados em 2016 e 2017 que ingressaram como receita na Conta Única do Tesouro Nacional foram provisionados para restituição que poderá ocorrer nos exercícios subsequentes, observado o prazo prescricional para sua solicitação.

Esses valores foram atualizados e registrados no passivo no exercício de 2019 e a tabela a seguir os evidencia atualizados pela SELIC até a 30/04/2019:

Anexo I.1 - Arrecadação de Taxas pela CVM - Código de receita 10.170							
Período: 09/12/2015 a 30/04/2019							
Seleção de pagamentos coincidentes com os valores da tabela constante da Portaria 705/2015 do Ministério da Fazenda com vigência a partir de 02/09/2015 e Portaria MF 43/2017							
Anexo II e III							
Consideração importante na apuração dos valores: Foram considerados apenas as GRU's pagas com os novos valores constantes das Portarias MF 705/2015 e 43/2017 Foram mantidas as "Classes de Patrimônio Líquido" atualizadas pela Portaria MF 705/2015 e 43/2017. Caso as "Classes de Patrimônio Líquido" também sejam ajustadas os valores de devolução diminuam.							
Tabela	Trimestre	Pago	Devido	Devolução			Quant. de GRU's
				Principal	Av%	SELIC	
Tabela dos fundos Anexo II e III (+) Saldo em 30/04/2019	2015 - 4	2.695,20	2.097,60	597,60	0,00%	188,06	3
	2016 - 1	70.131.373,60	54.581.318,37	15.550.055,23	19,15%	4.728.771,80	15.384
	2016 - 2	69.861.159,55	54.371.018,21	15.490.141,34	19,08%	4.211.763,48	15.268
	2016 - 3	71.226.542,49	55.433.658,18	15.792.884,31	19,45%	3.760.263,48	15.250
	2016 - 4	72.521.876,53	56.441.781,02	16.080.095,51	19,81%	3.285.093,81	15.292
	2017 - 1	73.726.467,21	57.379.280,80	16.347.186,41	20,14%	2.808.446,62	15.430
	2017 - 2	6.682.158,83	5.200.540,35	1.481.618,48	1,83%	214.390,19	1.210
	2017 - 3	1.891.620,07	1.472.195,85	419.424,22	0,52%	50.037,31	466
	2017 - 4	48.136,27	37.463,13	10.673,14	0,01%	1.051,30	6
	2018 - 1	19.944,48	15.522,24	4.422,24	0,01%	360,85	30
	2018 - 2	29.647,20	23.073,60	6.573,60	0,01%	436,49	42
	2018 - 3	-	-	-	0,00%	-	-
	2018 - 4	-	-	-	-	-	-
	Subtotal	366.141.621,43	284.957.949,36	81.183.672,07	100,00%	19.060.803,38	78.381
	Total	366.141.621,43	284.957.949,36	81.183.672,07	100,00%	19.060.803,38	78.381
		100,00%	77,83%	100,00%	-	23,48%	-
Ttotal Provisonado (Conta Contábil: 22.771.99.02 - INSTITUIÇÕES NÃO FINANCEIRAS)				100.244.475,45			

A implantação das rotinas para registro das provisões para restituição de créditos tributários em atendimento às boas práticas de contabilidade na busca da convergência às normas internacionais de contabilidade do setor público ainda carece de disponibilização de recursos humanos e tecnológicos para sua implantação. Também, por esses motivos não foram atualizados os valores até 30/06/2019, o que deverá ocorrer no segundo semestre do exercício de 2019.

Para o registro e atualização da provisão para restituição de créditos tributários apresentada acima foram direcionados recursos diferenciados de forma a priorizá-lo devido ao impacto no patrimônio da CVM e não contempla outros fatos geradores que não aqueles causados pela atualização da taxa devida pelos fundos de investimento. Os demais créditos tributários a receber ainda não foram objeto de registro pela Contabilidade.

Também pelos motivos acima expostos, ainda não foram objeto de registro a baixa pelos pagamentos efetuados referentes às restituições. Nos exercícios de 2017, 2018 e 2019 foram efetuadas restituições de taxa por diversos motivos e variados trimestres nos montantes de **R\$ 916 mil, R\$ 740 mil e R\$ 1,725 milhões**, respectivamente, totalizando **R\$ 3,381 milhões**, não sendo ainda possível relacioná-los aos valores registrados na provisão para realização de possíveis baixas.

Nota 03 – Créditos a receber

De acordo com a Portaria STN nº 548/2015, o cronograma para do Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais o prazo para reconhecimento e registro dos créditos foi 31/12/2016 para os créditos tributário da União e de imediato (exercício de 2015) para os créditos não tributários (multas, termos de compromisso e administrativos).

1) Créditos de curto prazo

1.1) Créditos tributários não previdenciários

Os créditos tributários não previdenciários registrados estão restritos aos créditos notificados com saldo e não notificados que passaram a ser objeto de registro a partir de abril/2019 conforme exposto na Nota 01.

Ainda que em caráter precário, fora desenvolvida uma metodologia para estimar o montante de créditos tributários e os não tributários a receber, o que proporcionou iniciar sua contabilização do valor total de estoque. Valor registrado desses créditos tributários a receber até 31/12/2019 foi de **R\$ 16.932.363,86**.

E, como fruto de trabalho conjunto com a área de tecnologia, foi possível identificar nos sistemas da CVM o montante de créditos tributário a receber ao fim do exercício de 2019, mas que ainda não possuem todos os requisitos para o reconhecimento como ativo.

Estoque de Créditos Tributários não Notificados		Estoque de Créditos Tributários Notificados	
Saldo Anterior em novembro/2019 : R\$ 26.952.802,71		Saldo Anterior em novembro/2019 : R\$ 13.282.787,89	
Evento	Valor	Evento	Valor
Acréscimos legais (+)	R\$ 282.220,64	Parcelamento (+)	R\$ 90.062,74
Diferença acréscimos legais (+)	R\$ -576.289,31	Crédito oriundo de parcelamento rescindido (+)	R\$ 123.289,17
Pagamentos (-)	R\$ 1.112.646,61	Acréscimos legais (+)	R\$ 49.916,26
Crédito em estoque parcelado (-)	R\$ 90.062,74	Diferença acréscimos legais (+)	R\$ -20.733,00
Crédito cancelado (-)	R\$ 320,76	Pagamentos (-)	R\$ 123.250,91
Crédito gerado (+)	R\$ 175.649,96	Rescisão de parcelamento (-)	R\$ 129.749,76
		Encaminhamento ao contencioso (-)	R\$ 267.702,78
		Crédito em estoque parcelado (-)	R\$ 8.076,28
Saldo Atual em dezembro/2019 :	R\$ 25.631.353,89	Saldo Atual em dezembro/2019 :	R\$ 12.996.543,33

Utilizando esta metodologia, os créditos tributários somam o valor de **R\$ 38.627.897,22** em 31/12/2019 e devem ser dispensados esforços para utilização desta nova metodologia para registro contábil.

Créditos tributários - Taxa	Não notificados	25.631.353,89
	Notificados	12.996.543,33
	Sub total	38.627.897,22

1.2) Créditos não tributários

1.2.1) Créditos não tributários - Multas

Diversas inserções na mídia têm informado a aplicação de multa aos diversos agentes regulados pela CVM, a saber:

1) CVM multa gestora em R\$ 28 milhões por prejuízos causados a previdências municipais | Arena do Pavini;

2) CVM aplica multa de R\$ 120 mi por fraude em fundo dos Correios;

Entretanto, os créditos não tributários, em sua maioria as multas cominatórias e as multas de inquéritos aplicadas pela Comissão de Valores Mobiliários a seus regulados a receber ainda não são objeto de registro devido à ausência de consolidação destas informações nos sistemas da CVM.

E, ainda, como fruto de trabalho conjunto com a área de tecnologia, foi possível identificar nos sistemas da CVM o montante de créditos não tributário a receber ao fim de novembro de 2019, mas que, também, ainda não possuem todos os requisitos para o reconhecimento como ativo.

Estoque de Créditos não Tributários não Notificados		Estoque de Créditos não Tributários Notificados	
Saldo Anterior em outubro/2019 : R\$ 15.438.215,30		Saldo Anterior em outubro/2019 : R\$ 2.778.958.138,16	
Evento	Valor	Evento	Valor
Pagamentos (-)	R\$ 17.400,00	Crédito notificado (+)	R\$ 91.400,00
Crédito cancelado (-)	R\$ 9.626.800,00	Parcelamento (+)	R\$ 357.231,92
Crédito notificado (-)	R\$ 91.400,00	Acréscimos legais (+)	R\$ 15.015.925,64
Saldo Atual em novembro/2019 : R\$ 5.702.615,30		Pagamentos (-)	R\$ 1.212.026,68
		Crédito em estoque parcelado (-)	R\$ 357.231,92
		Crédito cancelado (-)	R\$ 377.768,05
		Crédito gerado (+)	R\$ 19.943.952,21
		Pagamentos por Parcelamento (-)	R\$ 383.508,00
		Saldo Atual em novembro/2019 : R\$ 2.812.036.113,28	

Créditos não tributário - Multas	Não notificados	5.702.615,30
	Notificados	2.812.036.113,28
	Sub total	2.817.738.728,58

Os Créditos não tributários, em especial os de multa somente poderão ser considerados ativos de créditos a receber após sua notificação, mesmo assim, após transcorrido o prazo de recurso. Assim sendo, o montante de **R\$ 5.702.615,30** dos não notificados não devem ser considerados.

Os Créditos não tributários notificados para os casos de multa necessitam de uma estratificação onde devem ser identificados os valores: 1) onde não houve recurso; 2) não havendo recurso prazo de recurso transcorrido e, 3) havendo recurso, se este tem efeito suspensivo ou não.

Assim sendo, o montante de **R\$ 2.817.738.728,58** das multa notificadas não devem ser considerados até que se tenha a devida estratificação.

1.2.1) Créditos não tributários – Termos de Compromisso

O Termo de Compromisso, definido na Lei 6.385/76 e regulamentado no âmbito da CVM por meio da Deliberação CVM nº 390, de 8 de maio de 2001, também não estão ainda sendo registrados.

Estes créditos a receber não são objeto de registro nos sistemas de arrecadação da CVM e com frequência são concluídos determinando o pagamento de valores em espécie pagos e arrecadados por meio de Guia de Recolhimento da União na modalidade “Simples” na rede do Banco do Brasil.

No exercício de 2018 foram registradas receitas no regime de caixa no montante de **R\$ 33.025.858,90** e no exercício de 2019 o montante de **R\$ 69.415.124,91**.

Lei Nº 6.385, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1976

Art. 11. A Comissão de Valores Mobiliários poderá impor aos infratores das normas desta Lei, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (Lei de Sociedades por Ações), de suas resoluções e de outras normas legais cujo cumprimento lhe caiba fiscalizar as seguintes penalidades, isoladas ou cumulativamente:

[...]

§ 5º A Comissão de Valores Mobiliários, após análise de conveniência e oportunidade, com vistas a atender ao interesse público, poderá deixar de instaurar ou suspender, em qualquer fase que preceda a tomada da decisão de primeira instância, o procedimento administrativo destinado à apuração de infração prevista nas normas legais e regulamentares cujo cumprimento lhe caiba fiscalizar, se o investigado assinar termo de compromisso no qual se obrigue a:

I - cessar a prática de atividades ou atos considerados ilícitos pela Comissão de Valores Mobiliários; e

II - corrigir as irregularidades apontadas, inclusive indenizando os prejuízos.

§ 6º O compromisso a que se refere o parágrafo anterior não importará confissão quanto à matéria de fato, nem reconhecimento de ilicitude da conduta analisada. (Incluído pela Lei nº 9.457, de 5.5.1997)

§ 7º O termo de compromisso deverá ser publicado no sítio eletrônico da Comissão de Valores Mobiliários, com discriminação do prazo para cumprimento das obrigações eventualmente assumidas, e constituirá título executivo extrajudicial. (Redação dada pela Lei nº 13.506, de 2017)

§ 8º Não cumpridas as obrigações no prazo, a Comissão de Valores Mobiliários dará continuidade ao procedimento administrativo anteriormente suspenso, para a aplicação das penalidades cabíveis. (Incluído pela Lei nº 9.457, de 5.5.1997)

§ 9º Serão considerados, na aplicação de penalidades previstas na lei, o arrependimento eficaz e o arrependimento posterior ou a circunstância de qualquer pessoa, espontaneamente, confessar ilícito ou prestar informações relativas à sua materialidade. (Incluído pela Lei nº 9.457, de 5.5.1997)

§ 10. A Comissão de Valores Mobiliários regulamentará a aplicação do disposto nos §§ 5º a 9º deste artigo aos procedimentos conduzidos pelas Bolsas de Valores, Bolsas de Mercadorias e Futuros, entidades do mercado de balcão organizado e entidades de compensação e liquidação de operações com valores mobiliários.

1.3) Estimativa de créditos a receber não registrados no SIAFI

Segundo informações constantes do Processo CVM 19957.000815/2017-74 que trata da estruturação do setor de Contabilidade da Comissão de Valores Mobiliários, estimava-se em **R\$ 200 milhões** os valores dos créditos tributários e não tributários encaminhados e não inscritos em dívida ativa, considerando que os créditos tributários encontram-se registrados no montante de **R\$ 16.932.363,86**, e que foram apurados o montante de **R\$ 38.627.897,22** de crédito tributário a receber (notificados e não notificados), resta o reconhecimento complementar no montante de **R\$ 21.695.533,36** que será objeto de análise e registro no exercício de 2020 tão logo seja homologada a rotina de apuração desses valores no sistema de arrecadação da CVM.

2) Créditos de longo prazo

2.1) Dívida Ativa Tributária e Não Tributária

A dívida ativa abrange os créditos a favor da Fazenda Pública, cuja certeza e liquidez foram apuradas, inscritos por não terem sido quitados e não atingidos por nenhuma causa de extinção ou suspensão de exigibilidade. A Lei nº 4.320/1964, em seu art. 39, § 2º, define como dívida ativa tributária o crédito proveniente de obrigação legal relativa a tributos e respectivos adicionais e multas. Os créditos provenientes das demais origens são considerados dívida ativa não tributária.

No âmbito da Comissão de Valores Mobiliários, a gestão da dívida ativa está a cargo da Procuradoria Federal Especializada – PFE/CVM, que se utiliza do Sistema de Dívida Ativa da CVM (DIVIDAT) e SAPIENS Dívida. As movimentações ocorridas no DIVIDAT são registradas mensalmente no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) por meio do documento hábil no SIAFIWeb. A tabela a seguir apresenta os saldos dos créditos da dívida ativa administrada pela PFE/CVM, segregados em dívida ativa tributária não previdenciária e dívida ativa não tributária.

O ajuste para perdas de dívida ativa foi realizado em 2018, passando de **R\$ 2,55 bilhões**, para **R\$ 3,40 bilhões**, impactando o significativamente o patrimônio em **R\$ 847 milhões**, sendo **R\$ 11 milhões** relativos a taxa e **R\$ 836 milhões** relativos a multas. Não foi considerado nos cálculos para apuração do ajuste para perda o valor de **R\$ 458,91 milhões** registrados no SAPIENS/AGU.

Comissão de Valores Mobiliários - 2019						
Comparativo da Dívida Ativa Registrada no Balanço Patrimonial						
31 de dezembro de 2019 (R\$ 1,00)						
Conta	Descrição	2018	% s/ Dívida Ativa Bruta	31/dez/19	% s/ Dívida Ativa Bruta	% 2017 x 2018
112510100	Crédito tributário não previdenciário (impostos e taxas, etc)	7.793.578,13	0,2000%	7.793.578,13	0,2224%	100,0000%
112610000	Créditos não tributários (Multas e outros)	2.790.894,71	0,0716%	2.790.894,71	0,0796%	100,0000%
	Total de Curto Prazo	10.584.472,84	0,2716%	10.584.472,84	0,3020%	
121110401	Crédito tributário não previdenciário (impostos e taxas, etc)	652.486.650,29	16,7421%	645.012.294,60	18,4053%	98,8545%
121110500	Créditos não tributários (Multas e outros)	2.775.290.092,09	71,2110%	2.848.890.143,45	81,2926%	102,6520%
	Créditos do SAPIENS - AGU NÃO contabilizados	458.917.110,33	11,7753%	N/Disp		-
	Total de longo Prazo	3.886.693.852,71	99,7284%	3.493.902.438,05	99,6980%	89,8939%
	Subtotal da dívida ativa bruta	3.897.278.325,55	100,0000%	3.504.486.910,89	100,0000%	89,9214%
121119905	Ajuste para perdas de dívida ativa de Taxa	(643.593.549,32)	16,5139%	(643.593.549,32)	18,3648%	100,0000%
121119906	Ajuste para perdas de dívida ativa de Multas e outros	(2.756.523.287,45)	70,7294%	(2.756.523.287,45)	78,6570%	100,0000%
	Subtotal do ajuste de perdas	(3.400.116.836,77)	87,2434%	(3.400.116.836,77)	97,0218%	100,0000%
	Dívida Ativa líquida após o ajuste de perdas	497.161.488,78	12,7566%	104.370.074,12	2,9782%	20,9932%
	Ativo total			160.808.685,33	4,5887%	

Fonte: SIAFI 2019

Os registros da dívida ativa estão atualizados até 31/12/2019. Os créditos de dívida ativa registrados na AGU, no sistema SAPIENS deverão ser registrados no exercício de 2020.

Quanto às baixas dos créditos de dívida ativa inscritos nos últimos 5 anos é válido tecer comentários acerca dos valores relevantes, tais como:

Quanto ao que diz respeito ao item 9.4.1 do Acórdão nº 2464/2016 – TCU - Plenário, o qual recomenda a PGFN que “envide esforços juntamente com a Receita Federal do Brasil e a Secretaria do Tesouro Nacional para reconhecer tempestivamente as arrecadações referentes

a créditos de dívida ativa contabilizados no ativo do balanço patrimonial, evitando superavaliação de ativos em afronta às definições de ativo da IPSAS 1, parágrafo 7, e aos princípios contábeis da competência, prudência e oportunidade, tratados nas Resoluções CFC nº 1.111/2007 e 1.367/2011” esses valores também se fazem presentes no estoque de dívida ativa informado pela PFE/CVM.

O ajuste para perdas do recebimento da dívida ativa considera a média ponderada de recebimentos em relação ao saldo médio mensal para a série histórica de 2005 a 2018. Os recebimentos foram considerados aqueles efetivamente ocorridos e registrados no SIAFI e os saldos mensais de créditos a receber aqueles informados no Relatório de Dívida Ativa pela Procuradoria Federal Especializada da CVM. Não foram considerados os créditos inscritos no SAPIENS Dívida da AGU.

Outro ponto relevante é que até 31/12/2016, os “**Encargos Legais**”, substitutos dos honorários advocatícios, eram devidos a União. A partir de 01/01/2017 estes passaram a ser devidos aos advogados das partes vencedoras, perdendo a característica de recurso público. Esses valores são estimados entre **R\$ 318 milhões** e **R\$ 584 milhões** equivalentes a encargos legais de 10% ou 20%, respectivamente que devem ser objeto de apuração e ajuste nos exercícios de 2019 e seguintes, sendo baixados os saldos dos respectivos estoques de dívida ativa, tendo em vista a perda da característica de recurso público.

Rio de Janeiro/RJ, 30 de janeiro de 2020

Fernando Feitosa Rangel
Comissão de Valores Mobiliários
Contador Responsável - CRC/ES 009612/O-5
Portaria da Presidência nº 97/2016